

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES

Urbanização de áreas periféricas em Campos dos Goytacazes-RJ: um olhar sobre o conflito

Nabila Gonçalves da Matta

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense-UENF

Ludmila Gonçalves da Matta

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense-UENF
Professora do Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades-UCAM

Resumo: Este trabalho trata-se de um esforço de compreensão e análise de aspectos específicos das políticas públicas de urbanização da cidade de Campos dos Goytacazes, especialmente aquelas voltadas para as favelas e bairros periféricos. O principal objetivo do trabalho é analisar o programa de urbanização *Bairro Legal* nos bairros com presença de favelas. Como estudo de caso, elegemos dois bairros com presença de favelas, contemplado com o programa de urbanização Bairro Legal – Matadouro e Tira Gosto e um bairro, a Favela Margem da Linha, que não foi contemplado com nenhum programa de urbanização, e que pelo contrário, está passando por um processo de remoção dos moradores. Com esse estudo objetivamos estabelecer um diálogo entre os anseios dos atores e as intervenções feitas pelo poder público municipal.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Urbanização; Interesses Econômicos

1. Introdução

Este trabalho trata-se de um esforço de compreensão e análise de aspectos específicos das políticas públicas de urbanização da cidade de Campos dos Goytacazes, especialmente aquelas voltadas para as favelas e bairros periféricos. O principal objetivo do trabalho é analisar o programa de urbanização *Bairro Legal* nos bairros com presença de favelas. Como estudo de caso, elegemos dois bairros com presença de favelas, contemplado com o programa de urbanização Bairro Legal – Matadouro e Tira Gosto e um bairro, a Favela Margem da Linha, que não foi contemplado com nenhum programa de urbanização, e que pelo contrário, está passando por um processo de remoção dos moradores. Para esse trabalho usamos como metodologia um levantamento bibliográfico acerca dos estudos realizados sobre o tema bem como um levantamento das obras realizadas com o objetivo de estabelecer um diálogo entre os anseios dos atores e as intervenções feitas pelo poder público municipal.

O Município de Campos dos Goytacazes, em razão dos altos valores recebidos de *royalties* do petróleo e participações especiais¹, apresenta alta capacidade de investimento em projetos públicos, que dependendo da forma como forem aplicados podem ser instrumentos para a construção de uma cidade justa, garantindo a todos o direito à cidade. Assim, propomos analisar a ação do governo local e sua vontade política, ou não, em dirimir ou reduzir as desigualdades sociais expressas nos territórios.

A prefeitura de Campos dos Goytacazes vem implantando políticas de habitação e urbanização através dos Programas *Morar Feliz*, *Bairro Legal* e *Meu Bairro é Show*. O Programa *Morar Feliz* tem por objetivo garantir a moradia digna para a população que não possui moradia ou que habita áreas de risco. O *Bairro Legal* realiza pavimentação das vias e calçadas, limpeza urbana e paisagismo. Já o programa *Meu Bairro é Show* consiste na recuperação de praças, pavimentação de ruas, padronização de calçadas. Nos primeiros levantamentos da pesquisa, percebemos que, com relação às favelas, a política tem sido preferencialmente de remoção no lugar de urbanização, em particular naquelas situadas em áreas de interesse do mercado imobiliário, impulsionado nos últimos anos pelos *royalties* do petróleo e instalação do Complexo Portuário do Açú. Um exemplo é a área em torno da Avenida Silvio Bastos Tavares (Estrada do

¹ Participações especiais são taxas adicionais sobre o diferencial de produtividade das áreas mais rentáveis.

Contorno), onde se verificam grandes investimentos como Shopping Center, Hotéis e condomínios residenciais. Assim, a favela Margem da Linha que ocupa a área desde 1954, por ser considerada área de risco, está vivendo um conflituoso processo de remoção ao invés de ser beneficiada por esses programas. Diante do exposto, buscamos identificar se os resultados da política urbana do Município visam atender a todos os cidadãos promovendo o desenvolvimento equilibrado e a cidade justa ou pelo contrário, constituem um padrão insustentável e injusto de desenvolvimento urbano.

1. Aspectos da urbanização em Campos dos Goytacazes

A cidade de Campos dos Goytacazes sofre problemas semelhantes as metrópoles, expansão e adensamento urbanos acelerados e desordenados, déficit habitacional, favelização, segregação e fragmentação social e espacial.

Campos dos Goytacazes concentra 58,24% dos habitantes de toda a Região Norte Fluminense, sendo o maior município da região tanto em área 4.040,6 km², quanto em número de habitantes: 463.731, dos quais 418.725 (90,3%) na zona urbana, dentre estes, 15.777 moram em 27 favelas (IBGE, 2010).

Hoje temos projetos implementados pelo poder municipal como *Bairro Legal* e *Meu Bairro é Show*, visando intervenções urbanísticas nos bairros periféricos e nas favelas.

O *Bairro Legal* é um programa que iniciou na primeira gestão da prefeita Rosinha Garotinho (2009 -2012) neste programa todos os bairros que foram contemplados pelo projeto receberam sistema de drenagem e coleta de esgoto sanitário, nova iluminação, construção de calçadas, pavimentação asfáltica e tratamento paisagístico. As obras visam por fim aos alagamentos das áreas e garantir saneamento básico e a retificação e pavimentação de todas as ruas do bairro.

Já o programa *Meu Bairro é Show* que iniciou em março/abril de 2012 consiste na recuperação de vias, regularização de paralelos ou asfaltamento de ruas para melhor fluidez do tráfego, mais comodidade aos motoristas e embelezamento do bairro e em alguns casos as calçadas também serão padronizadas com acessibilidade. Segundo as informações do *site* oficial da prefeitura na sua prestação de contas, no início de 2013 mais de 20 bairros teriam sido contemplados com o programa e mais de 100 ruas já teriam sido asfaltadas.

A centralidade desse trabalho é a análise do programa de urbanização *Bairro Legal* nos bairros com presença de favelas. Como estudo de caso, elegemos dois bairros com presença de favelas, contemplado com o programa de urbanização *Bairro Legal* – Matadouro e Tira Gosto e um bairro, a Favela Margem da Linha, que não foi contemplado com nenhum programa de urbanização, e que pelo contrário, está passando por um processo de remoção dos moradores. Usamos como metodologia a realização do inventário das obras realizadas e acompanhamento das ações do poder público em ambos locais.

Para o desenvolvimento de nosso estudo, consideramos que centrar nos aspectos espaciais ou geográficos das desigualdades sociais, pode ser o ponto de partida para iniciar uma justa e equitativa distribuição, no espaço, dos recursos sociais e das oportunidades de usufruir os mesmos. Assim, nos propomos a analisar a ação do poder público municipal e sua vontade política, ou não, em resolver ou reduzir essas desigualdades sociais expressa no território da cidade para alcançar uma cidade justa.

2.1 O Bairro legal na favela Matadouro e Tira Gosto

O *Bairro legal* na favela Matadouro e Tira Gosto, teve suas obras anunciadas no dia 27 de maio de 2011 em um evento realizado no bairro da Lapa onde a então Prefeita Rosinha Garotinho anunciou a chegada do *Bairro Legal* no Bairro Lapa e adjacências, englobando a Avenida São João da Barra, a Riachuelo, e outras ruas. Favorecendo todos os moradores da região, com a construção de toda a infraestrutura que já vem sendo colocada em prática nos demais. A obra, avaliada em cerca de R\$ 34 milhões, prevê a drenagem de todo o bairro, com a recuperação da rede de esgoto, com ligação domiciliar de esgoto sanitário, rede de abastecimento de água potável, recuperação do asfalto, execução de obra em todas as calçadas do bairro, com implantação de acessibilidade e implantação do sistema de sinalização vertical e horizontal.

“Na Lapa e nas ruas ali perto, nós vamos investir na completa recuperação. O bairro vai ficar mais bonito, porque vai ganhar obras de urbanismo, vamos plantar árvores, instalar lixeiras, fazer nova sinalização”, declarou a Prefeita Rosinha Garotinho em seu discurso.

A última etapa do *Bairro Legal* da Lapa foi entregue no dia 07 de junho de 2013, a obra reestruturou o bairro com obras de saneamento e recuperação de ruas e calçadas, e valorizou os imóveis do bairro. O *Bairro Legal* da Lapa recuperou 19 ruas

e beneficiaram bairros como o Parque Riachuelo, Matadouro, entre outros. As obras incluíram rebaixamento de solo, instalação de redes de galerias, construção de meio fio, calçadas com acessibilidade, pavimentação, paisagismo e urbanização.

No dia 15 de maio de 2014 a Prefeitura de Campos dos Goytacazes noticiou em seu *site* oficial que o programa já beneficiou mais de 269 ruas em 18 bairros, beneficiando moradores de Donana, Ururaí, Residencial Santo Antônio, Penha, Nova Penha, Parque Eldorado, Jardim Ceasa, Novo Eldorado, Vila Industrial, Jardim Eldorado, Lapa, Matadouro e Parque Riachuelo, Tocaia e Nova Goytacazes.

- **Favela Matadouro e Tira Gosto antes da Obras de urbanização de 2011.**



Figura 1: Favela Matadouro em 2004, arquivo: LEEA.



Figura 2: Favela Matadouro em junho de 2006, arquivo: LEEA.



Figura 3: Favela Matadouro em junho de 2006, arquivo: LEEA.



Figura 4: Fachada do antigo Matadouro em junho de 2006, arquivo: LEEA

- Fotos durante e pós obras.



Figura 5: Quadra poliesportiva construída na Favela Tira Gosto, maio de 2014 arquivo: LEEA.



Figura 6: Rua lateral a UENF, 2012, durante as obras. arquivo: site oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

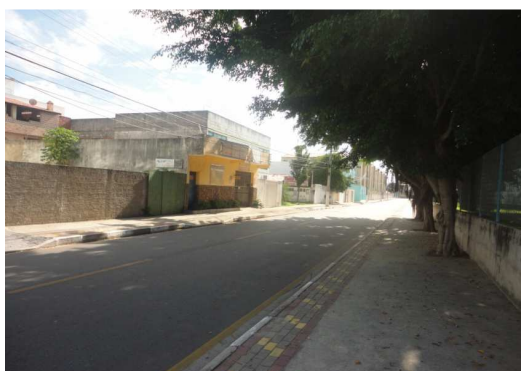


Figura 7: Rua lateral a UENF, maio de 2014 arquivo : LEEA



Figura 8: Praça da Favela Tira Gosto revitalizada, maio de 2014 arquivo : LEEA.

2.2. A Favela Margem da Linha: à margem dos programas urbanísticos e à beira da remoção

A Favela da Margem da Linha² surgiu no município de Campos dos Goytacazes, pelo menos há mais de quarenta anos às margens da linha da antiga Rede Ferroviária Federal, que fazia o trajeto Campos-Rio.

Composta a princípio por trabalhadores do corte de cana, que ao serem demitidos perdiam o benefício de morar nas residências da usina do Queimado. A faixa

² A favela Margem da linha ocupa a área descrita desde a década de 1960 (GUIMARAES & PÓVOA, 2005; POHLMANN, 2008).

localizada entre o pasto da usina e a linha ferroviária foi à alternativa para estes trabalhadores e suas famílias. Após, no entorno, no lugar que antes era apenas canavial, o município pavimentou a Rodovia do Contorno para tirar do centro da cidade o trânsito da BR101. (CORDEIRO *et al*, 2012).

Segundo Pereira *et al* (2014) os moradores relataram que quando fizeram a ocupação a rua era de terra batida onde qualquer chuva produzia muita lama, sem serviços públicos como iluminação e água potável. As casas eram abastecidas com água do poço e muitas famílias buscavam água numa bica.

A Favela é composta, segundo dados do IBGE (2010), por 2196 pessoas, sendo 1112 homens e 1084 mulheres, destes 45,30% são crianças e adolescentes, enquanto 6,01% são idosos. Hoje os moradores, através de organização comunitária, possuem alguns equipamentos básicos, como energia elétrica, água encanada, ruas calçadas ao longo da Av. Antonio Alves Poubel, coleta de lixo três vezes por semana.

Aos poucos os moradores da Favela vêm se mobilizando e conquistando gradativamente e de forma lenta algumas melhorias para o bairro, contudo ainda sofre com falta de saneamento básico, moradias precárias, acesso restrito aos serviços escolares, hospitalares e equipamentos de lazer, que são frutos do descaso e da ausência de políticas públicas, dentre outros serviços considerados básicos para se viver dignamente, além da presença significativa e crescente do controle pelo tráfico de drogas, que envolve os moradores da Favela e reforça a vulnerabilidade individual no contexto social.

A Favela Margem da Linha é muito extensa, então, para compreender espacialmente o local usamos a classificação elaborada por Pires (2005) chamando de área A: região que compreende o bairro Parque São Caetano até a Estrada do Contorno; área B: Estrada do Contorno até a Tapera; e área C: Margem da BR 101 até a Usina do Cupim.

Atualmente essa área que antes era considerada periférica, vem sofrendo uma série de investimentos, transformando completamente sua paisagem, usos e significados. Estas transformações compreendem o entorno da Avenida Silvio Tavares onde há presença da Favela Margem da Linha, que, no entanto não foi observado o esforço do Poder Público em inserir a população da Favela ao novo contexto sócio-espacial que se reproduz no local, sendo esta situação contraditória, visto que os moradores da Favela foram os primeiros a se instalarem no local.

Desde o ano 1995, com a construção da Rodoviária/Shopping localizada no entorno da Favela da Margem da Linha esta vem recebendo constantemente a instalação de empreendimentos e serviços, em sua maioria de origem privada, mas como afirma (SANTOS, 2009, p. 121-122), cada parcela do território urbano é valorizada (ou desvalorizada), em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado. Hoje o Parque Rodoviário como é conhecida a área, que antes era visto como região periférica é hoje definida pelo Plano diretor como Zona de Expansão Urbana.

A região tem recebido empreendimentos direcionados para a classe media e alta, como condomínios residenciais de luxo, hotéis e shopping.

Correa (2007) afirma que:

O Estado é também o elemento de legitimação de classe dominante, sua atuação enquanto provedor tende, por um lado, a reforçar as áreas residenciais nobres, e por outro, a viabilizar o sucesso de novas implantações produtivas do grande capital através, por exemplo, da criação de distritos industriais. Isto significa que sua atuação não se realiza de forma uniforme no espaço urbano, atuação que se traduziria nos investimentos em água e esgoto, na criação de uma completa infra-estrutura. (CORRÊA, 2007, p. 82-83).

Empreendimentos na área da Margem da Linha:

- Rodoviária Shopping Estrada (1997);
- Condomínio Vertical Recanto das Palmeiras (1995);
- Condomínio Sonho Dourado (2000);
- Condomínio Nashville (2007);
- Condomínio Athenas (2008);
- Condomínio Fit Vivai (2011);
- Condomínio Reserva dos Cristais (2013-2014);
- Condomínio Dahma (2013-2014).

Empreendimentos de Negócio:

- Academia Nova Estação (1999);
- Hipermercado Super Bom (2007);
- Walmart (2008);
- Atacadão Saara (2008);
- Makro (2008);
- Inter TV (2009);
- Concessionária Honda (2005)
- Concessionária Fiat (2010);
- Shopping Center Boulevard (2011).

De acordo com Mothé (2011) as transformações espaciais podem se apresentar em decorrência de necessidades do capital, principalmente privado, alguns pontos podem ser aprimorados enquanto outros podem causar ou acentuar manifestações negativas. Para que tais ações se concretizem, o capital privado necessita da parceria do estado em determinadas ações.

A partir disso, observa-se uma participação estatal com maior afinco em áreas pontuais onde se concentram empreendimentos privados, enquanto as áreas carentes sofrem as conseqüências.

Quando o espaço em que esta localizada uma favela se torna alvo para a construção de um empreendimento, desenvolve uma problemática que envolve a população que já mora no local e o empreendimento que será instalado. O local se torna valorizado e, em alguns casos, o custo de vida se eleva.

No contexto da ditadura, na década de 1960, uma política sistemática de erradicação das favelas entrou em vigor, sendo garantida por uma repressão nunca vista antes. A redemocratização afastou o fantasma da remoção, enfraquecendo o tema, mas não o eliminando definitivamente, como afirma Brum (2013, p.10) “A cada problema na cidade atribuído as favelas, como a violência, o tema da remoção reaparecia, até que, atualmente, os interesses em nome dos “Grandes Eventos”, como Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas de 2016, justifica a volta do tema”.

No Rio de Janeiro tornando as intenções anunciadas em ações práticas, em janeiro de 2010, a Prefeitura anunciou o plano de remover 119 favelas, por estarem em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos, entre as favelas estavam a do Horto (Jardim Botânico), a Indiana (Tijuca), a da CCPL (Benfica), a do Metrô (Maracanã), a Vila Autódromo (Barra) e a Vila Taboinhas (Vargem Grande). É o caso também da pequena Matinha, num trecho de floresta atrás do Ciep Ayrton Senna e na vizinhança da Rocinha.

Na Margem da Linha até então, a política do Governo Municipal tem sido a de remoção, justificando tal ação a partir de um laudo da defesa civil municipal que considera a área ocupada pela Favela como área de risco, visto que se localiza bem próxima da BR 101 e da linha de trem.

Segundo Malagodi e Siqueira (2013) em estudos sobre os problemas socioambientais de situações de desastres relacionados a inundações, mais especificamente um estudo de caso sobre o bairro Ururaí em Campos dos Goytacazes e o rio que cerca o bairro, cujo nome também é Ururaí, o que se observa é uma abordagem tecnicista dos desastres, sendo essa ancorada em cartografias de “área de risco” que tendem a naturalizar ações políticas que prejudicam a territorialização de populações de baixa renda, realimentando processos de injustiça ambiental.

Observa-se que a prática de remoção dos moradores de áreas identificadas como de risco pela defesa civil, involuntariamente em muitos casos, promove o que Valencio (2009) chama de desterritorialização, pratica esta aliada ao discurso técnico que busca legitimar tal conceito e mapear tais áreas.

A Prefeitura Municipal pretende remover os moradores para um conjunto habitacional construído pelo programa Morar Feliz, onde o objetivo é beneficiar moradores de áreas de risco, assegurando moradia às famílias social e economicamente vulneráveis, que não têm condições financeiras de adquirir uma casa própria, o programa segue critérios socioeconômicos.

Segundo Brum (2013), a conjuntura democrática tem permitido a organização e mobilização dos moradores de favela em resistirem à remoção, argumentos usados pelas autoridades têm sido refutados por moradores em articulação com outros setores da sociedade.

- **Fotos da Favela Margem da Linha**



Figura 9: Estrada que separa a Margem da Linha do condomínio residencial em construção pela construtora MRV, março de 2014. Arquivo: LEEA



Figura 10: Manifestação de moradores na BR 101 (arquivo Jornal Folha da Manhã)



Figura 11: Obra de um hotel sendo construído ao lado da Favela Margem da Linha, maio de 2014. Arquivo: LEEA



Figura 12: Marcação feita pela prefeitura que indica a rua e o número da casa que esses moradores irão morar no conjunto habitacional de Ururá, maio de 2014. Arquivo: LEEA

2. Resultados e Discussão

Podemos dizer que a área onde se localiza a Favela Margem da linha, vem passando por um processo de gentrificação.

O termo é decorrente de um neologismo criado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1963, onde em um artigo ela escrevia sobre as mudanças urbanas em Londres na Inglaterra. Ela se referia ao “aburguesamento” do centro da cidade, usando o termo irônico “gentry”, que pode ser traduzido como “bem-nascido”, como consequência da ocupação de bairros operários pela classe média londrina.

Na região da Favela Margem da Linha, uma área que foi ocupada por muitos anos pela população pobre e marginalizada, hoje vem sendo ocupada por uma população de classe média e classe média alta. Não tem sido visto esforço do governo local em manter esses moradores no mesmo local, não há até então nenhum programa de política pública de urbanização vigente, que tenha como objetivo levar dignidade aqueles moradores,

Para retirá-los do local a Prefeitura usa de leis como a Lei nº 7.975, de 12 de dezembro de 2007 - DO DIMENSIONAMENTO E PROTEÇÃO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO.

Entretanto, essa legislação é cumprida de acordo com o interesse do governo Municipal, visto que em bairros como Guarus, existem edificações, inclusive edificações do Governo Federal como Instituto Federal Fluminense que se localiza bem próximo tanto da rodovia BR 101, quando da linha férrea.

No Brasil essa política tem sido recorrente, exemplo Vila Autódromo e Metrô-Mangueira no Rio de Janeiro, a favela da Penha na Zona Leste de São Paulo, próximo dali, um empreendimento imobiliário com seis torres de 21 pavimentos cada, sendo a construtora responsável pelos imóveis, a Living, que pagou R\$ 2 mil a moradores para deixarem a favela. De acordo com a matéria publicada pelo *site* Vila Favela, a construtora ficou encarregada do pagamento após acordo com a Secretaria de Habitação, a Subprefeitura da Penha e empresários (brasil247, 2014).

A remoção desses moradores de áreas identificadas como de risco pela defesa civil, involuntariamente muitas das vezes, promove, conforme já citamos, a desterritorialização, pratica esta aliada ao discurso técnico que busca legitimar tal conceito e mapear tais áreas. Na Margem da linha, porém, o que constatamos em visita

ao local é que a área onde está localizada é bem grande, sendo possível a construção de um conjunto habitacional no mesmo lugar, porém, mais afastada da linha de trem e assim mais seguro, entretanto o terreno na área com a valorização dos últimos anos tem um preço muito além do que a Prefeitura se dispõe a pagar.

Os moradores da Favela da Margem da Linha serão levados para um condomínio residencial do Programa Morar Feliz, bem distante da área onde estão, onde também não há nenhum serviço público como, creches, escolas, posto de saúde, e também não possui serviços privados como farmácias, supermercados. Há casos que a distância pode ocasionar a perda do trabalho e o capital que investiram em suas residências, contribuindo para a fragmentação da comunidade e aumentando ainda mais a angústia fruto do deslocamento. Visto o que está acontecendo podemos inferir que a remoção não é por conta de inviabilidade de um programa de planejamento urbano da área, hoje habitada e considerada área de risco, e sim para dar espaço aos investimentos imobiliários, liberando áreas valorizadas da ‘incômoda’ vizinhança da favela.

Segundo Corrêa “O espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes”. (1999, p. 8), sendo profundamente desigual. Esse campo de lutas é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço.

Na Favela Matadouro e Tira Gosto podemos observar através dos registros fotográficos que as mudanças foram muitas, porém durante a pesquisa de campo, nos foram relatados alguns problemas que já estão se apresentando, um deles é o entupimento das bocas de lobo, que entra nas casas próximas e também gera um mal cheiro, porém esses e outros levantamentos ainda serão realizados em pesquisas posteriores.

3. Considerações Finais

Na Favela Margem da linha as demandas atuais pela reforma urbana possuem dois componentes básicos: justiça através da garantia de direitos urbanos (acesso a habitação, transporte, educação, saúde, etc.) e a distribuição justa de benefícios através de provisão de infra-estrutura, o que não têm sido garantido pelo Governo Municipal.

A forte mobilização que tem envolvido moradores da Favela, com a criação da Associação de Moradores e a construção de uma pauta de reivindicações que passou a

ser tratada institucionalmente com integrantes do poder público municipal e outros segmentos aliados a causa, como o Centro Juvenil São Pedro, instituição vinculada ao Colégio Salesiano, que presta assistência social na Favela, e que está em defesa da permanência do maior número possível de moradores, esses movimentos tem conseguido aparentemente, problematizar a idéia remocionista.

No dia 02 de fevereiro de 2014 a prefeitura noticiou em seu *site* oficial que 281 moradores da Favela Margem da Linha apresentaram documentação e confirmaram o interesse de serem contemplados pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes com uma casa própria no próximo condomínio a ser entregue, no Bairro Ururai. Entretanto, no dia 24 de fevereiro de 2014 moradores da área da Avenida Silvio Bastos de Tavares, área A e B fecharam a BR 101 em protesto, segundo o Jornal Folha da Manhã os protestantes reclamaram que a comunidade existe há mais de 60 anos e nunca tiveram o apoio do poder municipal e a troca não é bem vista por todos.

Em entrevista para o *Jornal Folha da Manhã* no dia 24/02/2014 a presidente da Associação de Moradores da Comunidade da Margem da Linha, Cristiane Gomes, afirma que “há dois anos tentam negociar com a prefeitura e sem sucesso e que a Prefeitura quer tira-los do local porque a área está mais valorizada com a vinda de hotéis, shopping e outras construções, a prefeitura não quer mais favela aqui”.

Foram feitas mais duas manifestações, por parte dos moradores da área C, esses desejam deixar a área, porém, fazem algumas exigências, como a realização de cadastro de todas as casas que estão no mesmo terreno, a reclamação é a de que a Prefeitura só tem cadastrado o terreno, não cadastrando todas as casas existentes nesse terreno, essas informações foram passadas pela líder comunitária Cristiane Gomes e também veiculadas nas mídias locais

Na Margem da Linha até então, a política do Governo Municipal tem sido de remoção, com a justificativa que a comunidade se localiza em área de risco, porém, como afirmou a líder comunitária é de se questionar que há 60 anos essa área é ocupada e até então não havia iniciativa do Governo Municipal de retirá-los da área, fato este que se inicia somente a partir do momento em que essa área se torna alvo de investimentos privados.

Com relação ao diálogo com os moradores da Margem da Linha, a Prefeitura na figura do Secretário de Família e Assistência Social Geraldo Venâncio, se comprometeu em reunir com moradores que resistem à mudança, isso foi o que Cristiane Gomes

informou no dia 15 de maio de 2014 e que 300 moradores, principalmente da área C estão prontos a espera do término das obras em Ururai para serem transferidos.

Em Audiência Pública realizada no Instituto Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes no mês de Julho, onde as instituições de ensino da cidade estavam presentes, Instituto Federal Fluminense-IFF, Universidade Federal Fluminense-UFF, Universidade Estadual do Norte Fluminense-UENF, através de representantes como professores e alunos, o representante da Prefeitura afirmou que “os moradores que não aceitarem deixar o local, poderão continuar, porém, correm o risco de que o Ministério Público Federal mova uma ação de despejo contra eles”.

A Prefeitura está disposta a usar a redução dos serviços públicos como uma maneira de coagir os moradores a abandonar suas casas. A negação de infra-estrutura tem sido utilizada frequentemente para controlar as favelas no Rio de Janeiro antes e depois das remoções, desde o começo das ocupações, e tem ocorrido também na favela Margem da Linha, onde o serviço de reparação, e ligação de novas redes elétricas não está sendo mais realizados.

Esses moradores serão levados para uma região que se localiza a cerca de 9 km de onde eles estão hoje, e além dos problemas de mobilidade, ainda se tem o problema do tráfico e da rivalidade entre as favelas. Em vários conjuntos dos 14 distribuídos na cidade, a população afirma que os locais são “comandados” pelo tráfico, e as pessoas vivem acudadas dentro de casa por medo da violência nas ruas, a Prefeitura ao remover as favelas, não considera a possibilidade dessas serem rivais, esse é um dos medos que acompanham os moradores da Margem da Linha.

4. Referências Bibliográficas

BRUM, Mario. “Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos”. *O Social em Questão* - Ano XVI - nº 29 – 2013

CORDEIRO, Thais Nascimento; OLIVEIRA, Daniela B.Bastos; PEREIRA, Beatriz Mateus; SALES, Thatiana Monteiro; SANTOS, Renato Gonçalves. À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos. Apresentado no *XX Encontro Inspetorial de Inculturação*, 02 de agosto de 2012. Seção Relatórios. Disponível em: <http://inculturacao.salesianos.br/artigo-a-margem-da-linha-exclusao-social-x-defesa-e-garantia-de-direitos-apresentado-pelos-educadores-do-centro-juvenil-sao-pedro/>. Acesso em: 01/09/ 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática 1999.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre (coord). Diagnóstico Socioeconômico e Análise da Produção Histórica da Favela da Margem da Linha, Campos dos Goytacazes – RJ. Relatório Final apresentado à PROEX – Pró-Reitoria de Extensão – da Universidade Federal Fluminense, como produto final do projeto inscrito no SIGProj sob o nº: 131098.427.123914.01112012. UFF: Campos dos Goytacazes, 2013.

GRAZIA, G. de. Plano *Diretor, Instrumento de Reforma Urbana*. Rio de Janeiro. Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1990
MARICATO, E. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis Vozes, 2001.

MALAGODI, Marco A. S.; SIQUEIRA, Antenora M. M. Desastres e remoção em Campos dos Goytacazes/RJ: O caso Ururai. In: GOMES, Marcos A. S. (org); LEITE, Adriana Filgueiras (org). *Dinâmica ambiental e produção do espaço urbano e regional no Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2013, p. 35-66.

MOTHÉ, Natalia. *Dinâmica sócio-espacial em Zona de expansão urbana*. Os impactos da implantação de novos empreendimentos na área ao entorno da Avenida Silvio Bastos de Tavares em Campos dos Goytacazes, UENF, 2011. 101 p. dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais).

PEREIRA, Beatriz Mateus; INÁCIO, Marcelo de Souza; SANTOS, Renato Gonçalves. *Artigo: À Margem da Linha: da produção do espaço criminalizado ao debate do direito à cidade*. Apresentado no II Congresso Nacional Africandade e brasilidade: cultura e territorialidades ocorrido entre os dias 4,5 e 6 de agosto de 2014, UFES-Vitória-ES

PIRES, Beatriz de Oliveira. *Segregação Socio-espacial e qualidade ambiental*. O caso da favela Margem da linha. Monografia. UENF, 2005. 62p. (Bacharelado em Ciências Sociais).

ROLNIK, Raquel. Projeto da Relatoria Especial do Conselho da ONU para o direito à moradia. Disponível em: <direitoamoradia.org/?Page-id=46&lang=pt>. Acesso:30/09/2014.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do Planejamento Urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba e SHIFFER, Sueli (Orgs.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. 2. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2010. P.169-243

FARIA, Teresa. Políticas públicas e (in)justiça socioespacial nas favelas do Rio de Janeiro, no contexto da organização dos mega-eventos. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4208. Acesso em: 30/09/2014.